



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 0329587-0

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000391-33.2012.8.17.0600

COMARCA : Ferreiros – Vara única
IMPETRANTES : Ariano Neri da Silva e Anthony Barbosa Moura
PACIENTE : Severino Alexandre Alves Filho
PROCURADORA : Dr^a Mariléa de Souza Correia Andrade
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº : Des. Fausto de Castro Campos

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO NA FORMA TENTADA. CONCURSO DE AGENTES. REMESSA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS À ESTA INSTÂNCIA RECURSAL EM FACE DE INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO EM FAVOR DE CORRÉU. ALEGAÇÃO DE INOBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ART.601, §1º, DO CPP. PEDIDO DE BAIXA DOS AUTOS PARA DESMEMBRAMENTO DO PROCESSO. SOLICITAÇÃO DEFERIDA NOS AUTOS DO RECURSO APELATÓRIO. PEDIDO PREJUDICADO. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO LASTREADA EM CIRCUNSTÂNCIA CONCRETA CONSUBSTANCIADA NA CONDIÇÃO DE FORAGIDO QUE OSTENTA O PACIENTE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. PARA SALVAGUARDAR A CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. REVOGAÇÃO. INCABIMENTO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - Determinada a intimação do corréu apelante para providenciar a extração do traslado do processo e a sucessiva remessa dos autos originários à instância primitiva, restou sem objeto pedido formulado nesse sentido.

II – A prisão preventiva do paciente está respaldada na conveniência da instrução criminal e na garantia da aplicação da lei penal em face da fuga do agente do distrito da culpa, mormente em face de o mesmo permanecer na condição de foragido da Justiça há quase 02 (dois) anos. Inteligência da Súmula 89/TJPE e Precedentes do STJ.

III – A primariedade, os bons antecedentes e a profissão definida, por si só, não ilidem a necessidade da custódia cautelar, quando restar devidamente demonstrada, *in concreto*, a sua necessidade,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

nos termos do art.312, do C.P.P. Precedentes do S.T.J. e do TJPE
(Sumula nº 86)

IV – Writ conhecido em parte, e nessa extensão, denegada a ordem. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0329587-0** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em conhecer em parte do pedido e, nessa parte, denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife - PE, 27 de Maio de 2014

Des. Fausto de Castro Campos
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 0329587-0

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000391-33.2012.8.17.0600

COMARCA : Ferreiros – Vara única
IMPETRANTES : Ariano Neri da Silva e Anthony Barbosa Moura
PACIENTE : Severino Alexandre Alves Filho
PROCURADORA : Dr^a Mariléa de Souza Correia Andrade
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBST^o : Des. Fausto de Castro Campos

RELATÓRIO

Os beis. **Ariano Neri da Silva e Anthony Barbosa Moura** impetraram ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **SEVERINO ALEXANDRE ALVES FILHO**, alegando que a paciente está sofrendo constrangimento ilegal no âmbito do processo-crime nº **0000391-33.2012.8.17.0600** a que responde perante o Juízo de Direito da Comarca de Ferreiros, neste Estado, a do art.157, §3º, c/c art.14, II¹, ambos do Código Penal, por fato ocorrido em 12/11/2008.

Em suas razões, os impetrantes aduzem que o paciente foi denunciado, juntamente com outros acusados, pela prática de crime de latrocínio na forma tentada, sem que, até a presente data tenha sido citado, a fim de apresentar sua defesa, seguindo a ação penal seu tramite regular em relação aos demais corréus, os quais foram condenados, o que ensejou a interposição de recurso apelatório, bem como a remessa dos autos originários a este Tribunal de Justiça, onde formam distribuídos a esta relatoria, visto que os apelantes não providenciaram o traslado do processo, violando o que preceitua o §1º, do art.601, da Lei Adjetiva Penal.

Esclarecem, os subscritores da exordial, que o paciente foi preso em virtude de decreto preventivo de 20/06/2012, encontrando-se privado de exercer o seu direito constitucional ao devido processo legal, bem assim de exercer o direito à ampla defesa e ao contraditório, uma vez que, sequer, tem como formular pedido de liberdade provisória ao Juízo processante, razão pela qual pede o desmembramento do feito criminal de

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

§ 3º - Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

que se trata, com a consequente descida dos autos originários à vara de origem.

Além disso, os impetrantes asseveram que o paciente estava residindo e trabalhando no Estado de São Paulo, na data do fato delitivo que lhe é imputado, o que será analisado no momento oportuno, no curso da instrução criminal.

Por fim, a impetração se insurge contra a manutenção da prisão cautelar do paciente, ao argumento de que não se encontram assentes os pressupostos autorizadores da custódia cautelar, ressaltando que se trata de réu primário e de bons antecedentes, bem como possuidor de residência e trabalho fixos.

A impetração veio acompanhada dos documentos de fls.13/28.

Às fls.35/36, o eminente Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, relator originário do feito, indeferiu o provimento liminar vindicado e solicitou informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.44/45.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr^a. Mariléa de Souza Correia Andrade, através do parecer de fls.49/51, opinou pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife - PE,

27 de Maio de 2014

Des. Fausto de Castro Campos
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 0329587-0

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000391-33.2012.8.17.0600

COMARCA : Ferreiros – Vara única
IMPETRANTES : Ariano Neri da Silva e Anthony Barbosa Moura
PACIENTE : Severino Alexandre Alves Filho
PROCURADORA : Dr^a Mariléa de Souza Correia Andrade
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº : Des. Fausto de Castro Campos

VOTO

A presente impetração se insurge contra o fato de o paciente se encontrar na prisão em face de decreto preventivo datado de 22/06/2012, aduzindo que não persistem os motivos que autorizaram a custódia cautelar, bem como que o acusado detém os requisitos necessários à concessão da liberdade provisória, acrescentando que o acusado está impedido de requerer a concessão da antedita benesse ao Juízo de origem, tendo em vista que os autos originários foram remetidos a esta instância recursal.

1. Quanto à solicitação de desmembramento do processo, cuido que o pleito mandamental restou prejudicado:

Consta das informações prestadas pela autoridade coatora, mediante ofício datado de 10/04/2014, que já foram requisitadas cópia dos autos a esta Corte de Justiça, para que a ação criminal possa prosseguir em relação ao paciente (fls.44).

Importa salientar que, em atendimento à mencionada requisição, exarei despacho nos autos da Apelação Criminal nº **0323820-6** interposta pelo corréu **Fábio Antônio Bernardino da Silva**, em face de condenação proferida contra sua pessoa nos autos da mesma ação penal a que responde o paciente, determinando que o apelante providenciasse a extração de traslado do processo, na forma a que alude o art.601, §1º, do CPP e, em sucessivo, a remessa dos autos originários, com a maior brevidade possível, à Comarca de Ferreiros.

Diante disso, entendo como prejudicado a presente solicitação de desmembramento do processo, em face da perda do seu objeto.



60
Tribunal de Justiça - PE

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

2. No tocante ao pedido de revogação da prisão preventiva, a impetração não merece acolhida. Vejamos:

Destaco do mencionado informativo judicial, o seguinte excerto (fls.44/45):

*"(...) Segundo consta na Denúncia, no dia 12.11.08, pelas 19:30 horas, no Sítio Cutia, zona rural de Ferreiros/PE, os denunciados Jailton Eustáquio Dias da Silva, Fábio Antônio Bernardino da Silva e Severino Alexandre Alves Filho, além de quarto assaltante não identificado, mediante o uso de armas de fogo, invadiram a residência da vítima José Vicente de Andrade para roubar o valor obtido com a venda da colheita de inhame. Ainda de acordo com a Denúncia, a vítima já havia depositado quantia em sua conta bancária, fato este desconhecido dos denunciados. Durante o assalto, a vítima foi baleada, não falecendo em razão das lesões sofridas, por circunstâncias alheias à vontade dos denunciados. Foi decretada a prisão preventiva dos réus. **Apenas os acusados Jailton Eustáquio Dias da Silva e Fábio Antônio Bernardino da Silva foram localizados e presos. O paciente não foi localizado, sendo-lhe nomeado curador e, na instrução processual realizada, produzida a prova testemunhal arrolada pelo Parquet. Os acusados Jailton Eustáquio Dias da Silva e Fábio Antônio Bernardino da Silva foram condenados em sentença proferida em 16.03.13. O preso foi preso em 05.03.14. Sua prisão decorreu do fato de estar foragido do distrito da culpa, de modo que, na presença de indícios de autoria e prova da materialidade, foi decretada a sua prisão preventiva (...)." (negritei)***

Vê-se, pois, que o togado monocrático noticia que a prisão preventiva do paciente foi decretada em face de o mesmo haver fugido do distrito da culpa, havendo o incriminado permanecido em lugar desconhecido até a data de **05/03/2014**, quando efetivamente foi localizado e preso.

Com efeito, como se vê do decreto preventivo datado de **20/06/2012** (fls.25/28), a custódia cautelar foi determinada com vistas a garantir a aplicação da lei penal, em face da circunstância de o paciente não haver sido localizado, sendo considerado em lugar incerto e não sabido, motivação que se mostra idônea.

Constata-se, portanto, que persiste a motivação fática que motivou a decretação da constrição cautelar, visto que o paciente permaneceu foragido por mais de 02 (dois) anos, o que avulta à convicção acerca da sua



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

intenção em se eximir de sua responsabilidade penal, circunstância que, a meu ver, revela-se suficiente para a manutenção da custódia cautelar decretada, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

Sobre o tema, o Pretório Excelso tem decidido no sentido de que:

"É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a fuga do réu logo após o cometimento do crime e antes da decretação da prisão preventiva é motivo bastante para a medida constritiva, justificada pela conveniência da instrução criminal e garantia da aplicação da lei penal (...) Ordem denegada." (HC 96006, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Primeira Turma, julgado em 03/02/2009, DJ-043 DIVULG 05-03-2009 PUBLIC 06-03-2009 EMENT VOL-02351-04 PP-00776)

No mesmo sentido, o Colendo Superior Tribunal de Justiça sedimentou entendimento, a saber:

"A liberdade do réu representaria risco concreto à aplicação da lei penal, pois evidenciada a sua intenção de se furtar à incidência da norma punitiva com a fuga do distrito da culpa, o que é suficiente para obstar a revogação da custódia. Precedente. Ordem parcialmente conhecida e denegada." (HC 51.464/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 12.09.2006, DJ 09.10.2006 p. 321)

Aliás, esta Corte de Justiça já consolidou entendimento, no sentido de que:

"Súmula 89/ TJPE - A fuga do distrito de culpa constitui motivação idônea para justificar prisão preventiva."

Cumprе esclarecer que, em que pese o fato de a impetração não vir instruída com qualquer documento que demonstre que o paciente reúne os pressupostos necessários à concessão da liberdade provisória, é certo que as condições pessoais favoráveis ora referidas, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao réu a revogação da medida constritiva se há, nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar, como é o caso em apreço.

Nesse sentido, socorre-nos julgado, do teor seguinte:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

"Condições pessoais favoráveis do agente não inviabilizam a prisão preventiva, se a manutenção da custódia encontra respaldo em outros elementos dos autos. Recurso parcialmente conhecido e desprovido." (RHC 20.092/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 26.09.2006, DJ 23.10.2006 p. 328)

Sobre esse tema, esta Corte de Justiça já consolidou entendimento, no sentido de que:

"Súmula 86/ TJPE - As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva."

Isto posto, não conheço do requerimento de desmembramento do processo e, em relação ao pedido de revogação da preventiva, denego a ordem.

É como voto.

Recife – PE,

27 de Maio de 2014

Des. Fausto de Castro Campos

Relator Substituto